

Convergência mediática, debate político e esfera pública na Internet

Thiago Melo
Universidade de Coimbra
thiagomelos@gmail.com

Resumo

O desenvolvimento da Internet nos últimos anos tem alterado a dinâmica como os cidadãos acessam a informação. Cada vez mais os conteúdos são difundidos pela *web*, principalmente quando os *media* tradicionais passam a ser mais presentes na rede, produzindo informação com instantaneidade (característica da *web*) e desenvolvendo uma linguagem para os novos *media*, nomeadamente as redes sociais, como o Facebook, objeto de estudo deste trabalho. Entender como se dá este processo, bem como se os cidadãos aproveitam estes espaços e as potencialidades oferecidas pela plataforma Facebook para debater e discutir assuntos de relevância social, é um dos objetivos deste trabalho. É intenção também perceber como a Internet permitiu o acesso de novos atores sociais no debate público e político, bem como pode ser uma poderosa ferramenta de participação social.

Palavras-chave: Esfera Pública; Debate Político; Internet; Rede Social; Facebook; Convergência Mediática.

Introdução

Nas últimas décadas, a partir do desenvolvimento da Internet e das telecomunicações, as novas tecnologias de informação modificaram e ampliaram as possibilidades de acesso ao conhecimento. Os novos *media* “impulsionaram a existência de uma sociedade sem espaço e sem lugar definidos” (Oliveira, Barreiros e Cardoso 2004, p. 75), cujo desenvolvimento se dá a partir do acesso à informação e, cada vez mais, com a interação entre os cidadãos na rede.

Estes indivíduos, que antes do advento da Internet eram apenas consumidores de conteúdos, com os novos *media*, passaram também a produzir e a disponibilizar informação, bem como têm a oportunidade de participar de discussões que podem ser amplificadas e reverberadas através de redes de debates e outras estruturas *online*. Vive-se a descentralização da comunicação, o que oferece para o cidadão comum, que tenha acesso aos equipamentos necessários e à rede, espaços de discussão, através das diversas plataformas criadas na *web*. Assim, a rede também pode ser considerada um lugar de continuidade da cidadania, que se articula, essencialmente, em torno de ideais de

contratos entre indivíduos interessados (Marcondes, 2007).

A participação social, desta forma, se faz mais presente na Internet. Mas é preciso que o cidadão possua as competências necessárias para aceder aos conteúdos, bem como interpretá-los de forma crítica e saber utilizar o volume de informações disponível na rede. Para além disto, é preciso ainda que as sociedades contemporâneas conquistem mecanismos que garantam os equipamentos e a conexão à Internet, elementos fundamentais para democratizar a participação social neste espaço de discussão, que pode ser local e, ao mesmo tempo, global. Na Internet estamos diante de uma “tecnologia social” (Oliveira, Barreiros, Cardoso 2004: 80), que permitir a interação de milhares ou milhões de atores e sujeitos sociais, desenvolvendo novas dimensões sociais.

É neste contexto dos novos *media* e da Internet que estão surgindo espaços de convergência mediática e, ao mesmo tempo, de debate público, que congregam os *media* tradicionais, agora no meio digital, e os cidadãos. O exemplo maior desta realidade informacional é a rede social Facebook. Com milhares de usuários ao redor do mundo, o Facebook se tornou, também, plataforma de difusão de conteúdos para os *media* tradicionais, que se desenvolvem a partir deste novo modelo comunicacional, que os obriga ser multimídia. Por meio de perfis estes veículos conseguem interagir com os internautas ao passo que compartilham os conteúdos produzidos por seus portais de notícias. Os internautas, por sua vez, podem aproveitar as possibilidades que o Facebook lhes oferece para desenvolverem interessantes espaços de discussão através dos comentários nas publicações dos perfis dos *media* e no compartilhamento destas informações nos seus perfis pessoais. Além de ter condições de se estruturar na rede social, esta esfera de discussão digital também pode ocorrer nos próprios portais de notícia dos *media* se estes disponibilizarem espaços para comentários nas notícias.

Nesta perspectiva, podemos pensar na possível estruturação de um espaço de discussão, de uma Esfera Pública no meio digital, que dependerá de diversos fatores, como, por exemplo, a qualidade do conteúdo oferecido pelos veículos de comunicação; o estímulo, nas redes sociais, para que o cidadão debata determinado assunto; e, do ponto de vista dos cidadãos, o interesse pelo assunto e o entusiasmo da participação no debate público. Desta forma, pretendemos neste trabalho analisar a nova estrutura da informação nos *media* tradicionais no meio digital, e se há a formação de uma Esfera Pública na Internet, a partir dos novos *media*, nomeadamente o Facebook. Como o debate público e político (a Esfera Pública) está a ser estruturado pelos *media*? Há a complexificação de informações nos portais de notícia?

E a partir do Facebook, qual o conteúdo político e como é a participação dos internautas nesta possível Esfera Pública?

Buscaremos responder estas questões a partir de análise das notícias publicadas em janeiro e fevereiro deste ano no perfil do jornal O Estado de São Paulo - Estadão no Facebook, verificando os debates que o veículo desenvolveu sobre a posse do senador Renan Calheiros como presidente do Senado Federal do Brasil, o que gerou imensos protestos em todo o país, inclusive nas redes sociais, devido Renan ser considerado “ficha suja”¹.

1. Convergência mediática e novos *media*

A Internet tornou possível o surgimento de um “novo e emergente modelo de comunicação” (Cardoso, 2009), que está relacionado à noção de “rede”, e já não mais de “massa”. Este novo modelo é responsável pela articulação dos diferentes *media*, que formataram, também, a comunicação de massa, e agora, com a rede, produzem novos formatos de comunicação. Segundo Cardoso (2009), este novo modelo é marcado pela capacidade dos processos de globalização comunicacional mundiais, “juntamente com a ligação em rede entre *media* de massa e *media* interpessoais e, em consequência, pelo aparecimento da mediação em rede”.

Considerando este novo modelo de comunicação em rede, os *media* tradicionais passaram a convergir para o espaço digital, criando novos canais de comunicação com o público e permitindo formas de interação que até então eram quase impossíveis sem a Internet. Boa parte desta mudança se deve aos novos modelos de negócios que surgiram com o *online*. Principalmente no caso do jornal impresso, o modelo de baseado nas receitas de publicidade e na compra pelo leitor já foi extinto em muitos lugares.

“O jornal enquanto empresa, local de trabalho e modelo jornalístico baseado apenas na escrita e na fotografia terminou, ou melhor, não terminou ainda, mas encontra-se num processo de mutação, que nos fará olhar para este momento atual como um início de ruptura” (Cardoso, 2009: 44)

Por isso, a cultura da convergência se instalou nas empresas de *media* tradicionais, obrigando-os a assumir uma nova cultura organizacional, segundo observou Cardoso. Neste sentido, uma vez que nosso objeto de estudo é o portal de notícia de um impresso brasileiro, os jornais, que é o foco deste artigo, passaram

a desenvolver um papel de agência noticiosa na Internet, com conteúdos diversos, atualizados constantemente, e produzidos para serem distribuídos através das novas tecnologias, por meio dos canais que o veículo tiver na rede.

Além da diversidade de conteúdos e a constante atualização, outra característica deste conteúdo produzidos pelos *media* tradicionais convergidos na *web* é a multimedialidade. Os jornais, que antes da Internet tinham a sua base de conteúdo registrada por meio da escrita e da fotografia, com a convergência para a rede, têm de produzir conteúdos em vídeo, áudio, infográficos etc.

“O jornal, para renascer enquanto *agência de notícias de integração vertical* e multimídia, terá de dar notícias diferentes (ou seja, terá de dizer coisas diferentes das que já sabemos, ou proceder à introdução de dinâmicas de aprofundamento, de atualização e de contextualização - e tudo isso à base de infografia, do som, do texto, do vídeo, etc.)” (Cardoso, 2009: 45)

Ou seja, o jornal na Internet assume conteúdos que até então era produzido apenas pelos *media* tradicionais, mas as características da rede o fizeram assumir conteúdos multimídia para serem distribuídos nas diversas plataformas e tecnologias *online* do meio de comunicação. “A convergência tecnológica significa novas formas de combinação entre os meios comunicação” (Silva, 2009: 56).

No entendimento de Silva, a convergência representa o “duplo jogo entre meios que aproveitam várias plataformas de distribuição/difusão e receptores que se servem de um único ou de poucos suportes para acederem a diferentes meios”. Sendo assim, o cidadão tem por meio da Internet e de um único dispositivo (computador, *smartphone*, *tablet*) acesso aos *media* tradicionais (imprensa escrita, rádio e televisão) e, ao mesmo tempo, contato regulamente com outros meios de obtenção e troca de informação e de formação de opinião, como os portais de notícia, salas de bate-papo, blogues e redes sociais. Tudo isto amplia o leque de possibilidades de organização pessoal ou grupal dos consumos de *media*, da sua portabilidade e da interação com eles. Ao passo que, por parte dos meio de comunicação, multiplicam-se as plataformas de circulação, os suportes tecnológicos e os modos de contato possíveis com os respectivos públicos. A partir disto, é interessante observar como um novo espaço de discussão e reverberação da opinião pública é desenvolvido.

¹ “Ficha suja” é um termo utilizado para designar os políticos corruptos no Brasil. O termo surgiu depois de aprovação da Lei da “Ficha Limpa”, em 2010, que busca evitar que políticos envolvidos em casos de corrupção concorram a cargos públicos no país.

2. Estruturação da Esfera Pública no meio digital

Com as novas tecnologias da comunicação, hoje o espaço público de deliberação encontra-se totalmente ampliado, abrigando também, segundo Marcondes (2007), “diversão, lazer, ócio, contatos pessoais, profissionais e outros”, permitindo a “percepção de dilemas coletivos, o reconhecimento da diversidade de pontos de vista e o exercício da liberdade de expressão”. Não há mais, pois, uma esfera pública como a concebida por Habermas, na qual a igualdade era essência e os objetivos e reivindicações eram comuns. Este espaço de deliberação foi reconfigurado.

Goode (2005), que defende a ideia de uma Esfera Pública em *bits*² e faz críticas sobre a esfera pública habermasiana, afirma que a partir dos novos *media* a comunicação entre cidadãos, bem como entre cidadãos e instituições, foi facilitada. Ele considera que indivíduos comuns passaram de meros receptores para participantes do debate social, que foi redescoberto com o renascimento do diálogo, da interação.

O conceito de Habermas para a esfera pública, na perspectiva de Thompson (*apud* Goode, 2005), não leva em consideração cinco aspectos do mundo contemporâneo. O primeiro é natureza dos *media*, que atualmente, com a interatividade, permite que as relações sociais ocorram sem que seja necessário contextos espaciais ou temporais. O segundo aspecto é o fato de o conceito habermasiano privilegiar o diálogo e não levar em consideração o papel que os *media* desempenham na sociedade atual. Outro fator é não considerar os meios de comunicação como uma ferramenta de interação entre os formadores de opinião e os cidadãos. Em seguida, Thompson argumenta que Habermas não considera a interação entre os próprios cidadãos como um elemento do processo de formação da opinião pública. Por fim, por todos estes argumentos, considera que o conceito de Habermas para esfera pública oferece um entendimento limitado do papel dos *media* na sociedade.

De acordo com Oliveira (2012: 223), o surgimento dos novos *media* permitiu mudanças na relação do Estado com a sociedade e, especialmente, novas relações da sociedade com o Estado. A articulação em rede, segundo o autor, gera efeitos políticos mais perceptíveis. Este novo espaço público virtual resultaria de uma emancipação que valorizou a liberdade individual, a expressão de opiniões, e que permite agentes de diferentes camadas sociais dialogarem entre si. “O espaço virtual passou a permitir maior interação política, algo que pela mídia tradicional esteve, por muito tempo, atrelada a uma noção de dominação e/ou mero

2 *Bits* é a palavra em inglês que representa a menor unidade de informação que pode ser transmitida em meio digital.

entretenimento”.

O aumento nas interconexões em rede, considera Oliveira, conduz ao crescimento comunicacional onde os grupos sociais e os indivíduos também passaram a produzir conteúdos, deixando de se serem apenas consumidores dos *mass media*. Oliveira (2012) utiliza o conceito de *cibercidadão* para descrever este indivíduo que “pode se juntar a outros usuários da rede para obter novas percepções sobre os acontecimentos que estejam sendo ocultados pelo governo ou pela mídia”. Além disso, este *cibercidadão* pode se manifestar através dos novos *media* em relação a esses acontecimentos que lhe causam insatisfação ou vontade de debater com outros indivíduos. Como ressalta Rodrigues (2006 *apud* Oliveira, 2012: 224): “(...) Os cidadãos sentem-se motivados para debater e dar a sua opinião sobre causas públicas” por meio da Internet, “algo que parecia estar adormecido”.

Na mesma linha de pensamento de Oliveria, Esteves (2003) trabalha a ideia de que a Internet reativa o espaço público, nomeadamente, por reforçar de forma mais consistente as suas redes de comunicação, representadas por maior extensão, mais participação, melhor informação, fluidez e bidirecionalidade. Este potencial democrático, no entendimento do autor, pode solucionar alguns problemas enfrentados pela esfera pública, como, por exemplo, a não circulação de informação, que enfraquece a deliberação.

Segundo o autor, a *web* faculta a informação de forma mais fácil e igualitária, o que favorece o processo deliberativo, na medida em que este é indissociável de práticas de discurso, que necessitam de informação para serem construídas. Esteves aponta ainda a capacidade comunicacional e interativa como os dois principais contributos que a Internet oferece para a estruturação de uma esfera pública.

Além de Esteves, outros autores acreditam que a rede pode expandir o campo de interação social, dando novos ares à democracia participativa. No entanto, para que isto aconteça é necessário o comprometimento dos cidadãos, que devem ser ativos nas interações, trocas de informações, ideias e na expressão através da rede - caso contrário, é impossível pensar nesta esfera pública *online*. “O ciberespaço é permeado por práticas sociais. Nele a materialidade e as relações humanas codificam-se na linguagem. A relevância do físico está nas interações e na sociabilidade, não na presença corpórea” (Marcondes, 2007).

De acordo com Marcondes (2007), a tecnologia, mesmo com todas as ferramentas de interação disponíveis, não é capaz de “transformar o cidadão pacato num ativista social”, e também não determina a intensidade da interação comunicativa, muito menos a reflexão crítica, necessária para o processo deliberativo. A autora sugere

que as potencialidades dos novos *media* na rede sejam vistas associadas às motivações dos próprios atores sociais e ao processo de comunicação estabelecido entre eles. Ela ressalta que “a atitude cívica por meio de tecnologias móveis não é fruto da tecnologia, mas de uma possível transformação no pensamento social”.

Marcondes (2007) fala que ao se analisar este processo de deliberação no meio *online* é importante levar em conta a subjetividade de cada indivíduo, percebendo que fatores essenciais, como motivação, autonomia e iniciativa são propiciados pelas razões pessoais de cada um, e não pela tecnologia, que oferece as potencialidades de interação e de um discurso amplificado. “Mesmo tecnologias digitais de conversação, serviços e todos os campos virtuais interativos capazes de aproximar cidadãos dos debates e de representantes políticos” dependem de questões subjetivas para promover ou revitalizar os mecanismos democráticos.

Esteves (2003: 190) fala que são necessárias políticas de formação dos cidadãos para as novas tecnologias da comunicação, e reforça que a falta de articulação não pode ser creditada à Internet, mas à própria sociedade civil. “Mesmo assim, esta situação pode sempre ser considerada como potencialmente reversível, dependendo a sua alteração (...) da própria sociedade (da sua força e vitalidade)”.

Além da motivação e demais fatores subjetivos, é preciso considerar, também, que para participar do debate público e da formação da opinião pública o cidadão precisa ter acesso aos conteúdos que cada vez mais são difundidos pelo meio digital. Contudo, não se pode esquecer que o avanço tecnológico, resultante da introdução da lógica capitalista nos meios de comunicação, limitou ainda mais os meios de acesso à informação. Golding e Murdock (1991) propõem uma análise a partir da economia, que toma por base a capacidade financeira da população e traça uma ponte entre a economia e a política sobre a produção da cultura e da informação pelos meios de comunicação, bem como o acesso do público a esses produtos.

Nesta ótica, a análise precisa considerar que, para consumir esses bens transmitidos pelos *media*, a sociedade enfrenta barreiras (culturais e materiais). Quando os bens culturais estão disponíveis somente por um determinado preço, haverá uma capacidade finita para o seu acesso, limitado pela capacidade econômica dos receptores. Na medida em que a série de equipamentos eletrônicos necessários para aceder a esses conteúdos cresce, aumenta também a demanda por recursos privados para fazer parte desta dinâmica. O consumo, assim, passa a ser governado pela disponibilidade de renda das famílias.

Golding e Murdock (1991:18), neste sentido,

criticam também o conceito habermasiano de esfera pública. Para os autores, esta concepção seria “idealizada”, na medida em que a esfera pública de Habermas seria essencialmente burguesa e que a classe trabalhadora, mulheres e as minorias étnicas estavam excluídas deste processo. Mesmo com estas críticas, os autores acreditam que o conceito desta esfera como espaço público cultural ajuda a elaborar formas alternativas de acesso aos conteúdos. Falando especificamente da Internet, que exige do cidadão uma conexão, que na maioria das vezes precisa ser paga, e equipamentos necessários para acessar a *web*, o processo deliberativo torna-se um pouco menos provável para uma parcela da população mundial, já que nem todos têm condições financeiras de manter a estrutura necessária.

Não bastassem implicações da subjetividade dos indivíduos e da capacidade deles de financiarem a estrutura para terem acesso à Internet, o desenvolvimento de uma esfera pública *online* encontra outros empecilhos, conforme aponta Maia (*apud* Alves 2010, pp. 8):

“(i) o filtro e a edição do conteúdo impostos à circulação de mensagens em ambientes controlados ou moderados; (ii) a não identificação do indivíduo que busca informação e não está vinculado a algum debate; (iii) assimetrias entre os conectados e não conectados, como o analfabetismo e o acesso à tecnologia; (iii) dinâmica argumentativa passa a acontecer em diferentes redes de conversações simultâneas sem o objetivo de tomada de decisão; (iv) o Estado deve permanecer poroso aos atores sociais.”

Essas barreiras definidas por Maia têm implicação direta na formação de comunidades *online*. Contudo, segundo Alves, é possível ressaltar que, “enquanto redes cívicas, essas comunidades estendem o diálogo e a troca de argumentos para além dos encontros face a face”. Para Esteves (2003:194), a expressão “comunidades” só tem aplicação aos universos *online* quando “pelo menos alguns de seus membros consegue quebrar a barreira do ecrã e as suas vidas passam a ser mútua e directamente afectadas”.

Na perspectiva de Maia (2007), os indivíduos têm a oportunidade de apresentar argumentos, inquietudes e discutir ideias em fóruns de natureza crítica na Internet. Assim, pode-se entender que os cidadãos que têm acesso às comunidades virtuais articulam o local e o global, possuem potencialidades para expor argumentos diante de um público ampliado, com a possibilidade de desenvolver alternativas de ação e encontrar soluções para os problemas sociais do cotidiano.

Tal como Maia, Esteves (2003:195) pontua as potencialidades da Internet para a constituição de uma esfera pública. Segundo ele, a rede não resolverá todos os problemas da democracia, bem como não poderá

assegurar as condições de uma discussão pública e processo deliberativo perfeitos. No entanto, o autor considera que os novos *media* reúnem condições que possibilitam um certo aperfeiçoamento das práticas deliberativas, através da comunicação pública, a circulação facilitada de informação e a interação social mais fluidificada, que são “politicamente relevantes”, nas palavras de Esteves, para o desenvolvimento da esfera pública. “É graças às novas tecnologias que a participação dos cidadãos na vida pública se pode tornar mais directa e a sua influência nos processos de decisão política mais efectiva”.

O surgimento das chamadas redes sociais na *web* reconfigurou o processo de comunicação e transmissão de informação e conteúdos no mundo globalizado. Conforme Cardoso evidenciou (2009), vivemos um modelo comunicacional que é caracterizado pela capacidade de globalização da comunicação e pela interligação em rede dos *media* de massa e interpessoais, sem falar na interação, que pode ser vivenciada em diferentes padrões na rede. Castells (*apud* Cardoso e Lamy, 2011) considera que esses padrões podem se tornar uma espécie de comunicação de massa a partir das redes sociais, nomeadamente o Twitter, o Facebook, MSN e demais plataformas.

Uma vez que o nosso objeto de estudo aqui é o Facebook, vamos concentrar a análise nesta rede social. No entendimento de Cardoso e Lamy, o Facebook é definido por uma comunicação mediada de um para muitos, pois os conteúdos são compartilhados por um usuário para os seus “amigos”. Este modelo de comunicação além de conectar esta rede interpessoal, de um para muitos, interliga diferentes públicos, participantes, utilizadores, empresas e *medias*. A organização dos usos e interligação em rede dos *media* inseridos nesse novo modelo de comunicação encontra-se diretamente relacionada com os diferentes graus de interatividade permitidos pelos meios de comunicação (Cardoso, 2008 *apud* Cardoso e Lamy, 2011).

A partir desta nova dinâmica de produção de informação nas redes sociais, em especial no Facebook, os conteúdos parecem ter mudado graças à presença de conteúdos produzidos pelos próprios cidadãos, e não apenas pelos os *media*, “dando origem à co-existência de diferentes modelos de informação para diferentes públicos” (Cardoso e Lamy, 2011). Neste mesmo trabalho, os autores exploram potencialidades das redes sociais para ilustrar a possibilidade destas plataformas protagonizarem movimentos sociais ou campanhas virtuais, capazes de pressionar a agenda de políticos, e inclusive dos meios de comunicação. Assim pensada, essa nova realidade é “uma forma não apenas de atingir o debate não conseguido nos *media* tradicionais, mas um

modo de realização da participação cívica, onde interesses comuns permitem a angariação de opiniões, decisões e intervenções em matérias específicas”.

Segundo Maia, que analisa a esfera pública virtual sob a luz da teoria habermasiana, a comunicação por computador permite, diferentemente da comunicação mediada pelos *media* tradicionais, que:

“i) qualquer sujeito possa tornar-se emissor; (ii) qualquer receptor possa tornar-se emissor e vice-versa; (iii) qualquer receptor possa transformar-se em provedor de informação, produzindo informação e distribuindo-a por rede, ou simplesmente repassando informações produzidas por outro”. (Maia *apud* Gomes, 2001: 2)

Esteves (2003: 193-194), como já foi citado, considera a capacidade comunicacional e de interação das novas tecnologias primordiais para o estabelecimento de um processo deliberativo através da Internet. Para ele, a interatividade social pode ser facilitada, incentivada ou aprofundada com o uso das novas tecnologias (aqui entendidas como as redes sociais). A interação, afirma o autor, pode até não ser consistente do ponto de vista político, porém, isto não anula a importância do papel de interação para a democracia, “ao facto de não ser sequer imaginável uma democracia sem interacção dos seus cidadãos”. Contudo, ele ressalva que a interação social não faz a democracia, mas sem esta integração, a democracia jamais seria possível, em especial a democracia deliberativa.

3. O debate no meio digital sobre o caso “Renan Calheiros”

O caso “Renan Calheiros” refere-se ao momento em que o senador da república assumiu, no início de fevereiro de 2013, a presidência do Senado Federal do Brasil, eleito através dos votos secretos dos demais senadores no congresso nacional brasileiro. O fato causou indignação de grande parte da população daquele país, visto que Renan é acusado de peculato (desvio de dinheiro público), falsidade ideológica e uso de documentos falsos. O fato veio à tona quando o então senador, em 2007, protagonizou um escândalo extraconjugal, que seria bancado, juntamente com outros gastos pessoais, com o dinheiro público.

A notícia de que Renan Calheiros assumiria a presidência do legislativo brasileiro gerou protestos na Internet, bem como nas ruas, e foi alvo de vários debates e publicações dos *media* nas redes sociais. Por isto, este trabalho se deteve em analisar como o caso foi abordado pelo perfil do jornal Estado de S. Paulo (Estadão) no Facebook, considerando que por meio das potencialidades da rede sociais o jornal tinha a capacidade de organizar debates sobre o assunto, bem

como oferecer aos cidadãos conteúdos que os ajudassem a discutir o tema na rede social. O Estadão possui 694 mil³ internautas inscritos no seu perfil. Estes cidadãos acompanham diariamente notícias do Brasil e do mundo através do perfil do jornal na rede social, e tem a possibilidade de interagirem entre si, com o veículo e com a sua rede de amigos, compartilhando os conteúdos publicados pelo jornal.

Através das descrição do perfil no Facebook, o Estadão fornece um *link* no qual disponibiliza toda a proposta da sua página na rede social, bem como algumas informa o internauta que os comentários estão sujeitos à moderação caso algum deles possua conteúdo pornográfico, preconceituoso ou discriminatório. No *link* o jornal deixa claro:

“O Estadão.com.br faz questão de oferecer um espaço democrático para a livre troca de ideias, manifestação de opiniões e interação entre as pessoas. Como se sabe, democracia não exclui divergências. Às vezes, conversas podem causar mal-entendidos. Com base em diversas experiências de convivência online, apresentamos algumas regras para que esta convivência seja produtiva, saudável e baseada no respeito mútuo”.⁴

A nossa análise se concentrou no período de pouco mais de um mês, entre os dias 25 de janeiro e 8 de março, quando foram contabilizados 11 publicações diretamente relacionadas à posse de Renan Calheiros. A maioria das notícias dizia respeito ao favoritismo de Renan entre os parlamentares para assumir a presidência, sobre a posse e, principalmente, sobre os protestos gerados em função deste acontecimento. Estes protestos aconteceram também na Internet através de abaixos assinados realizados pelos internautas como forma de protesto. Estas manifestações foram notícia no Estadão e serviram de debate no perfil do jornal no Facebook.

O estudo leva em consideração a capacidade de complexificação destes conteúdos (se incluem informação o suficiente, e com várias fontes, para subsidiar o debate), e a motivação que oferecem ao leitor para que participe da discussão. Levamos em consideração, também, além destes elementos, a participação dos cidadãos por meio dos comentários. Desta forma, classificamos os comentários em duas categorias:

- Críticos - que contribuem para o debate, com argumentos que acrescentam mais conteúdo à discussão;
- Fúteis - que são dispensáveis do debate; vazios; sem

3 Número de internautas no início de julho de 2013

4 O Estadão disponibiliza esta e outras informações sobre a participação nos espaços *online* do jornal por meio do *link* <http://cadastro.estadao.com.br/responsabilidade-online>

crítica.

Nas 11 publicações sobre o caso Renan Calheiros verificadas no perfil do Estadão, foram analisados 6.055 comentários, dos quais 739 foram categorizados como “críticos” e 5.316 como “fúteis”. A maioria das publicações realizadas no perfil do Estadão diziam a respeito da petição *online* que foi iniciada no fim do mês de janeiro por uma organização não governamental (ONG). Por diversas vezes o jornal noticiou o quanto de assinaturas a petição *online* já havia alcançado, bem como os protestos organizados pelos internautas a partir deste manifesto.

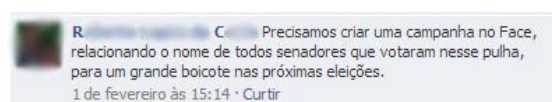
Imagem n.º 1: Captura de publicação sobre a petição *online* contra a posse de Renan Calheiros



No dia 21 de janeiro, o abaixo-assinado já possuía 1,6 milhão de participantes.

Nestas publicações sobre os protestos e a petição *online* contra a posse de Renan, a maioria dos comentários críticos mostrava apoio às manifestações, bem como dava sugestões para outras iniciativas se desenvolverem. Uma das questões muito abordadas pelos internautas nos comentários “críticos” foi o fato de a eleição para presidente do Senado ser secreta. Ou seja, a sociedade não sabe em quem os senadores votaram. Uma das propostas colocadas nos debates das publicações foi justamente uma mudança para esta questão:

Imagem n.º 2: Captura de comentário no Facebook do Estado de São Paulo



Comentário extraído de publicação do dia 1 de fevereiro, que confirmava a eleição de Renan Calheiros para presidir o Senado. (identidade do internauta foi preservada)

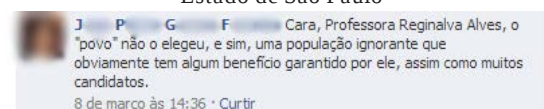
Houve propostas também para mobilizar os interessados para manifestações:

Imagem n.º 3: Captura de comentário no Facebook do Estado de São Paulo



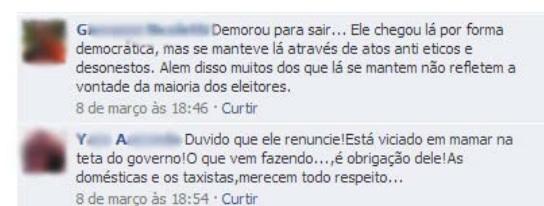
Os internautas também buscaram a interagir com outros que participavam dos debates, bem como afirmaram as suas opiniões acerca do caso “Renan Calheiros” em diversas publicações do perfil do jornal:

Imagem n.º 4: Captura de comentário no Facebook do Estado de São Paulo



Internauta interage com outro que estava participando do debate proposto

Imagem n.º 5: Captura de comentário no Facebook do Estado de São Paulo



Comentários mostram que internautas buscam afirmar suas opiniões

Das 11 publicações analisadas, apenas em três o jornal propõe diretamente um debate a partir de um questionamento para os internautas. Na nossa análise verificou-se que a participação mais interessadas, às vezes, depende deste direcionamento, uma linguagem mais direta que busque estruturar o debate público. Como por exemplo na postagem do dia 8 de março:

Imagem n.º 6: Captura de postagem da página do Estado de São Paulo no Facebook



Esta publicação trouxe comentários muito mais consistentes do que as demais, conforme pode-se verificar nas duas ilustrações anteriores a esta. Além de comentários consistentes, os internautas se preocuparam em utilizar o espaço de comentários nas publicações para fornecer conteúdos para os demais usuários. Estes conteúdos eram *links* com outras notícias ou blogues sobre o assunto, ou ainda o *link* do abaixo-assinado desenvolvido pela ONG. Além destes conteúdos, os comentários serviram como espaço de divulgação para uma série de protestos que estavam sendo organizados para irem às ruas de várias cidades no Brasil, a partir da articulação no Facebook:

Imagem n.º 7: Captura de página que convidava internautas para participar de protesto conta Renan Calheiros



Imagem n.º 8: Captura de página que convidava internautas para participar de protesto contra Renan Calheiros



Estes eventos mostram as possibilidades de interação e articulação que a sociedade possui através da rede social, que oferece inúmeras ferramentas para a produção e difusão de conteúdos, bem como de contato com os demais participantes e atores sociais envolvidos e interessados.

O fato de a maioria dos comentários serem “fúteis”, ou seja, que não acrescentam à estruturação do debate público e político na rede, mostra que a Internet pode ser melhor utilizada pelos cidadãos. O jornal cumpre com seu papel de fornecer conteúdos para a estruturação da esfera pública na rede social, contudo precisaria desenvolver uma linguagem mais direta, que interaja com o internauta, capaz de mobilizar este indivíduo para o debate.

Conclusão

Como vimos, as discussões na Internet através do Facebook podem ser amplificadas e, sim, complexificadas pelos *media* na medida em que os cidadãos, munidos de informações, podem interagir e discutir entre si as questões de interesse público. Neste sentido, a tecnologia oferece todos os meios para garantir a estruturação da Esfera Pública. Conforme ressalta Esteves (2003), a capacidade comunicacional das novas tecnologias são primordiais para o estabelecimento de um processo deliberativo através da Internet, podendo facilitar, incentivar e aprofundar a interação social, que no seu entendimento, é importante para a democracia.

Podemos lembrar dos processos políticos e democráticos, como citam Cardoso e Lamy (2011), que se desenvolveram em diversos países ao redor do mundo, todos articulados pela vontade dos cidadãos, por meio das

redes sociais, em especial o Twitter e o Facebook. Neste sentido, é possível pensar na Esfera Pública a partir dos debates que podem estruturá-la no Facebook, mas isto dependerá, entre outros fatores, dos atores sociais. Se os cidadãos estiverem envolvidos no processo de discussão, e colaborarem com argumentos e proposições capazes de levar à diante a questão em prol do interesse o público, aí teremos, efetivamente, o funcionamento pleno da Esfera Pública na *web*.

E ainda, para que a participação ocorra de forma cada vez mais democrática, é necessário a criação de políticas públicas que garantam o acesso de todos os cidadãos à rede e aos equipamentos necessários para aceder os conteúdos *online*. Para além disto, a garantia do acesso se faz também a partir da capacitação destes indivíduos para a utilização das ferramentas digitais e para a leitura crítica da avalanche de informação disponível na rede.

Bibliografia

- Alves, N. (2010). Da formação de redes à Esfera Pública na Internet - Uma abordagem histórica do surgimento de comunidades online comunicação e crise. <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/comtempo/article/viewFile/6903/6479>> (Acedido a 15 de dezembro de 2012)
- Cardoso, G. (2009) “Da comunicação de massa para a comunicação em rede”, in G. Cardoso, R. Cádima e L. Cardoso. *Media, redes e comunicação - futuros presentes*. Lisboa: Obercom e Quimera, pp. 15 - 54
- Cardoso, G. e Lamy, C. (2011). *Redes sociais: comunicação e mudança*. <http://www.observe.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6> (Acedido a 20 de novembro de 2012)
- Esteves, J. P. (2003). “‘Sociedade de Informação’ e Democracia Deliberativa”, in J. P. Esteves, *Espaço Público e Democracia*. Lisboa: Edições Colibri, pp. 169-205.
- Golding, P. e Murdock, G. (1991). “Culture, Communications, and Political Economy”, in J. Curran e M. Gurevicht (eds.), *Mass Media and Society*. London: Edward Arnold, pp. 11-30.
- Goode, L. (2005). “Mediations: From the Coffee House to the Internet Café”, in L. Goode, *Jürgen Habermas : democracy and the public sphere*. Londres: Pluto Press pp. 89-119.
- Maia, R. (2007). “Redes cívicas e internet: efeitos democráticos do associativismo”, *Logos*, (27), pp.43-62.
- Marcondes, V. (2007). *Novas tecnologias de conexão e o futuro da esfera pública*. <<http://www.revistas.univerciencia.org/index.php/versoereverso/article/view/5778/5236>> (Acedido a 5 de janeiro de 2013)
- Oliveria, Barreiros e Cardoso (2004). “A Internet na construção de uma cidadania participada”, in Oliveira, Barreiros e Cardoso (orgs.) “Comunicação, cultura e Tecnologias de informação”. Lisboa: Quimera Editores, pp. 75-104
- Oliveira, R. S. (2012). “Ciberdemocracia, ativismo digital e novas mídias: redefinições da Esfera Pública no século XXI”, in Costa, M. N. (org.), *Democracia, Mass Media e Esfera Pública*. V. N. Famalicão: Edições Húmus, pp. 221-231.
- Silva, A. (2009) “Os media em mudança e as novas formas de problemas antigos”, in G. Cardoso, R. Cádima e L. Cardoso. *Media, redes e comunicação - futuros presentes*. Lisboa: Obercom e Quimera, pp. 55 - 70